



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 00343

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico CPRN/DAIA/168/2005 e na Licença Ambiental Prévia 00762, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: RODOVIAS DAS COLINAS S/A

CNPJ: 03.025.305/0001-46

LOGRADOURO: AV. ANTONIO GAZZOLA, 1001

BAIRRO: JARDIM CORAZZA

MUNICÍPIO: ITU

CEP: 13301-245

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO

LOGRADOURO: SP 300

MUNICÍPIO(S): JUNDIAÍ, ITUPEVA, CABREUVA E ITU.

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: DUPLICAÇÃO DA RODOVIA DOM GABRIEL PAULINO BUENO COUTO - SP 300 NOS TRECHOS ENTRE OS KM 72+200 E 78+200 E ENTRE OS KM 79+200 E 87+000, NOS MUNICÍPIOS DE JUNDIAÍ, ITUPEVA E CABREUVA.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 01 anexo(s).
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 02 (DOIS) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

USO DA COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Data:

10/05/05

JOSÉ GOLDEMBERG - Secretário de Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 01/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 00343

Durante a implantação do empreendimento, o empreendedor deverá atender às seguintes condicionantes técnicas:

- 1) Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras informando os aspectos relevantes da implantação do empreendimento, os resultados dos monitoramentos previstos, a situação atualizada da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas e o estágio de atendimento às condicionantes técnicas preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desses relatórios as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e apresentando avaliação da necessidade de implementação de medidas adicionais ou de adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento;
- 2) Apresentar no primeiro relatório semestral de acompanhamento de obras os resultados da campanha de medição dos níveis de ruídos a ser realizada antes do início da implantação do empreendimento e com acompanhamento de técnico da CETESB;
- 3) Apresentar o Projeto de Reposição Florestal aprovado pelo DEPRN e informar nos relatórios semestrais o estágio da implantação do mesmo;
- 4) Informar até 30 (trinta) dias após a emissão da LI, qual será o destino final para restos de obras e embalagens, para entulhos e restos de madeiras, para o lixo hospitalar e para resíduos sólidos domésticos, comprovando a regularização ambiental das unidades de tratamento e de disposição final nos órgãos competentes, bem como a regularização das empresas envolvidas (licenças, autorizações, alvarás, etc.);
- 5) Obter as outorgas do DAEE antes do início das intervenções em recursos hídricos e encaminhar cópias ao DAIA;
- 6) Firmar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA por intermédio da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais – CPRN, até 60 (sessenta) dias após a emissão da LI para o trecho em questão e informar nos relatórios semestrais o progresso no atendimento do mesmo;
- 7) Obter as autorizações do DEPRN previamente ao início das intervenções nas áreas de apoio fora da faixa de domínio e que não se enquadrem na Resolução SMA 30/00;
- 8) Caso seja necessária a utilização de novas áreas para bota-fora, fora da faixa de domínio, o empreendedor deverá protocolar no DAIA requerimento para licenciamento ambiental específico, conforme determina a Resolução SMA 41/02 em seu Artigo 1º. Esse requerimento deverá ser instruído com: o Parecer Técnico Florestal do DEPRN, se necessário; estudo detalhado das áreas selecionadas contendo uma caracterização completa da área e do entorno imediato; os volumes envolvidos; o plano de utilização; o projeto de recuperação final, bem como a autorização do proprietário e, no caso de área urbana, a manifestação da prefeitura municipal. No caso de áreas de empréstimo, para as que não se enquadrarem na Resolução SMA 30/00, o empreendedor deverá providenciar as autorizações do DEPRN, os planos de utilização e recuperação final de tais áreas; e
- 9) Caso seja necessária a implantação de nova unidade de apoio industrial, o empreendedor deverá providenciar todas as licenças ambientais pertinentes em tempo hábil para o processo de licenciamento e apresentá-las ao DAIA.

.../...

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

Fls 02/02

PROCESSO SMA

Nº 13.653/01

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 00343

Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação o empreendedor deverá apresentar um relatório final comprovando a conclusão das obras de duplicação neste trecho da rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto – SP 300, informando os resultados dos monitoramentos previstos, a situação da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias e dos programas ambientais, a análise da eficiência das medidas preventivas e mitigadoras adotadas e o estágio de atendimento às condicionantes técnicas preconizadas no processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Deverão constar também desse relatório as não conformidades observadas durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não conformidades e informando se foram implementadas medidas adicionais ou se houve adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.

O empreendedor deverá apresentar em até 30 (trinta) dias após a obtenção da LO, os resultados da medição dos níveis de ruído nos locais identificados como críticos. Para isso deverá ser realizada uma campanha de medição dos níveis de ruído imediatamente após o início da operação da rodovia, com acompanhamento de técnico do Setor de Avaliação de Tecnologia do Ar, Ruído e Vibrações da CETESB, conforme orientação daquela Companhia. Caso sejam identificados locais com níveis de ruído superiores aos valores permitidos pela legislação vigente, implementar medidas mitigadoras em até 90 (noventa) dias.

Durante a operação do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar ao DAIA relatórios com periodicidade anual, informando a situação do atendimento às condicionantes técnicas estabelecidas no processo de licenciamento, informações relevantes da operação do empreendimento e especificamente sobre as atividades desenvolvidas para o atendimento de emergências decorrentes do transporte de produtos perigosos na rodovia SP 300 e sobre o Plano de Ação de Emergência - PAE aprovado pela CETESB.

XX
XX
XX
X

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem